

Alguns comentários às teses

Atenágoras, militante do PCB-PE.

Há inúmeras questões que podem ser levantadas pelas teses, dada a amplitude e a profundidade das mesmas. Nestes comentários, estarei selecionando algumas divergências e algumas convergências das teses que me parecem mais relevantes.

1) Capitalismo Hoje

(I) A primeira ressalva direciona-se aos tópicos 34 a 37, que tratam da “lei de tendência” à queda da taxa de lucros, formulada por Marx. Nas teses não constam considerações diretas sobre as causas contrariantes desta lei, analisadas pelo próprio Marx, também no livro III de “O Capital”.¹ A rigor, nos tópicos 36 a 38 constam fenômenos sociais que são contrapostos a esta tendência, mas me parece importante resgatar a contribuição de Marx por duas razões: a primeira é reforçar uma percepção não dogmática e não determinística da obra de Marx; a segunda é a possibilidade de relacionar as seis “contra-tendências” de queda da taxa de lucro ao neoliberalismo nos anos 90.

(II) Os tópicos 167 a 179 tratam do confronto de concepções entre as novas organizações sindicais, alternativas à CUT. Discordo do entendimento que a idéia de uma central sindical-popular conduza, necessariamente, a uma diluição do caráter classista. Os sindicatos não são organizações anti-capitalistas, por sua própria natureza. É o contrário: os sindicatos são peças orgânicas da institucionalidade capitalista moderna, fundamentais para sua estabilidade política, e tendendo a contribuir para sua estabilidade econômica (ao favorecer a elevação da renda dos trabalhadores). Nos marcos do sindicalismo, os “excessos” da exploração podem ser contidos ou minimizados, e a energia militante da classe operária pode ser reorientada para a briga pelo aumento do salário, e não pelo fim da propriedade privada dos meios de produção. A existência de sindicatos dirigidos por revolucionários, que buscam mesclar a luta imediata (aumento de salários e de direitos) com a luta estratégica (socializar os meios de produção) é, predominantemente, fruto das ações partidárias, e uma quebra da lógica sistêmica. Não é a mera existência do sindicato que quebra esta lógica. Do mesmo modo, organizações sociais não sindicais podem, pelas condições de sua formação e pelas contradições objetivas que enfrentam, desenvolver uma perspectiva muito mais revolucionária, transformadora e anti-capitalista que uma maioria de sindicatos sintonizados exclusivamente com a luta imediata, que pode ser inteiramente compatível com um modelo capitalista baseado em uma maior distribuição de renda. O MST, cuja bandeira central que o originou – distribuição de terras para formação de pequenos proprietários – é compatível com a essência do capitalismo (tanto que a reforma agrária foi realizada em países capitalistas hoje desenvolvidos, que não deixaram de ser capitalistas por tais reformas), pelas circunstâncias históricas que enfrenta, apresenta uma perspectiva política mais revolucionária e socialista do que a grande maioria dos sindicatos no Brasil.

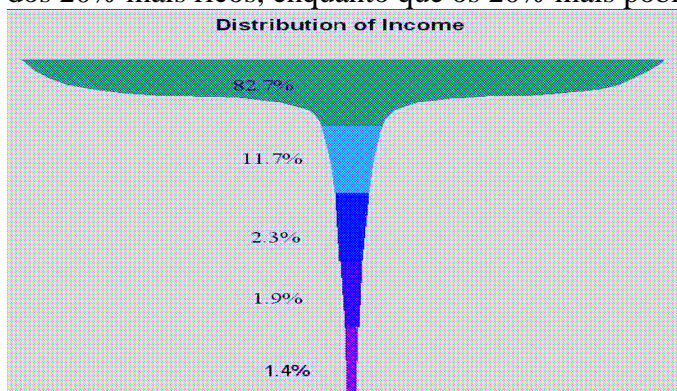
A centralidade do trabalho é um fato da vida, que pode se impor mesmo perante os que cometem o equívoco de não reconhecer-la (igualando em importância lutas sociais hierarquicamente desiguais). Não por acaso predomina na Conlutas a atuação no campo sindical (do ponto de vista da auto-definição, consta no portal da Conlutas sua composição prioritária por entidades sindicais). Pelo menos no Nordeste do Brasil, a Conlutas aparece muito mais nas lutas sindicais, como uma central sindical de fato, do que nas lutas

¹ No capítulo XIII do Livro III é apresentada a “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, enquanto que no capítulo XIV são apresentadas suas “causas contrariantes”. Nas palavras de Marx: “*Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (...) no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, , motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial*” [Marx, Livro III de “O Capital”, página 177 da edição da série “Os Economistas”, da editora Abril]. Marx listava como as mais genéricas causas contrariantes: elevação do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior; aumento do capital por ações. O aumento do grau de oligopolização da economia, que está citado nas teses do partido, e que está presente em outros trechos da obra de Marx, é outra “contra-tendência” (ou fator contrariante, como chama Marx), assim como a força dos sindicatos pode, por sua vez, reforçar a tendência de queda da taxa de lucros.

populares que articula: lutas contra a discriminação; lutas de sem-teto e sem-terra; lutas estudantis. Uma central sindical-popular pode ser tão somente uma tentativa efetiva de formalização e organização de uma aliança entre classes sociais exploradas, podendo, inclusive, servir de embrião para a formação de um bloco histórico anti-capitalista.

(III) É preciso separar a crise internacional de 2008 em duas dimensões: sua componente conjuntural e sua componente estrutural. Ambas as componentes são tratadas nas teses, mas eu acho importante agregar alguns dados à análise da componente estrutural, tratando especificamente dos dois gravíssimos problemas que conviveram com o período de crescimento econômico mundial elevado, entre 2003 e 2007: a desigualdade social e a destruição ambiental.

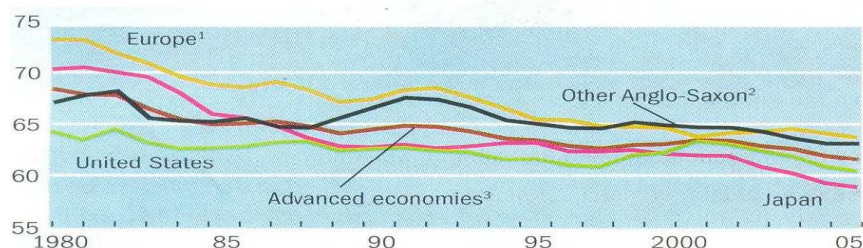
No tocante à desigualdade, o gráfico abaixo, obtido de um artigo de Ladislau Dowbor (“*A crise sem mistérios*”, disponível em seu portal, <http://dowbor.org>), sintetiza a gravidade da situação em 1998, que não foi muito alterada desde então. No final dos anos 90, cerca de 82,7% da renda mundial estava sob controle dos 20% mais ricos, enquanto que os 20% mais pobres detiveram 1,4% da renda mundial.



Fonte: Human Development Report (1998, p. 37) apud Dowbor (2009).

Este quadro está associado com a queda da participação dos salários na renda nacional em todo o mundo, como pode ser ilustrado neste segundo gráfico.

The share of income going to labor has declined in advanced countries . . .
(labor share as a percent of GDP)



Fonte: IMF, *Finance&Development*, (Jun 2007, p. 21), apud Dowbor (2009).

Estes dados ilustram tanto a magnitude da concentração de renda mundial, quanto a tendência observada entre 1980 e 2005 de agravamento desta concentração, a partir da redução da participação dos salários na renda mundial, frente ao crescimento da participação dos lucros, juros e aluguéis.

O segundo problema gravíssimo é a deterioração do meio ambiente. Neste caso, não há uma tabela que mensure e sintetize a gravidade do problema. Mas há algumas obras destinadas especificamente a uma mensuração do processo de aquecimento global, de poluição das águas, de extinção de espécies animais e vegetais, e de piora da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, no que se refere à poluição da água, da terra e do ar. O cenário é tão grave, que já existe um consenso difuso da urgência de ações de preservação e recuperação do meio ambiente. O consenso que precisa ser formado (pelo menos nas classes exploradas), entretanto, é que nos marcos da lógica capitalista de acumulação de capital sem fim e de mercantilização das relações sociais e da própria natureza não há como inverter o processo de deterioração ambiental resultante da intervenção humana.

2) Socialismo: balanço e perspectivas

É gritante a ausência, nas teses, de considerações sobre os expurgos dos anos 30 na URSS (as teses não foram corajosas em seu capítulo 2), assim como suas repercussões sobre a capacidade militar, a organização da economia, a liberdade política, a diversidade de idéias, a criticidade enquanto arma do partido bolchevique e a justiça política e social (o dogmatismo é até reconhecido, mas é estranhamente tratado como dissociado da vitória política da facção stalinista, em 1932). O período stalinista é avaliado de forma superficial e estranhamente condescendente. É verdade e é correto não se adotar uma análise passional e simplória do período. Qualquer análise científica exige a avaliação das circunstâncias, as limitações, as possibilidades, as contradições e as dificuldades colocadas pelo momento histórico e pelo atraso (econômico, tecnológico, político e social) que não poderia ser superado em uma década. Uma análise materialista do período precisa sempre considerar os condicionantes econômicos e as necessidades objetivas do povo soviético. Mas isso não é elimina o fato de que as necessidades objetivas podem ser resolvidas a partir de estratégias diferentes, e que existem escolhas políticas.

O período stalinista pode ter trazido importantes vitórias econômicas, mas é economicismo do mais rasteiro achar que tais conquistas justificam e legitimam todo o resto. Houve repressão política ampla, intensa e severa. Entre os marxistas que reconhecem e destacam as prisões e execuções do período, costuma-se destacar a presença de inúmeros revolucionários, de bolcheviques que atuaram junto a Lênin e que construíram a revolução nos anos 20. Este fato dá uma magnitude da gravidade do processo repressivo, mas não pode ficar aí. A repressão aos não revolucionários também foi um problema. Que durante um processo revolucionário há momentos em que a democracia sai prejudicada e em que os conflitos se acirram a um ponto que pode comprometer a diversidade de idéias e a própria liberdade política, é algo que pode ser compreendido a luz de uma avaliação histórica (embora não necessariamente aceito), mas que a consolidação deste processo condena a própria essência da revolução socialista, também é algo que precisa ser considerado.

A repressão política, inclusive, não é apenas um mal em si mesmo, mas também repercute sobre outras instâncias sociais, inclusive sobre a economia, que é inicialmente beneficiada quando de um período autoritário.

ECONOMIA, INOVAÇÕES E DEMOCRACIA

A inovação tecnológica (principal fonte do crescimento econômico) sempre esteve associada ao esforço pela sobrevivência, seja frente às intempéries da natureza (furacões, terremotos, frio excessivo, calor excessivo), frente à escassez de alimentos ou frente à guerra. Como o mais perigoso predador de um ser humano é outro ser humano, vamos observar a grande capacidade inventiva que surge na preparação ou execução da guerra.

Contudo, nos últimos 300 anos a humanidade vivenciou um avanço científico e tecnológico espetacular, em um processo sem paralelo em termos de velocidade e profundidade conceitual. Embora os fatores tradicionais mantenham sua influência, as evidências históricas são de difícil refutação quanto ao papel do capitalismo nesta transformação tecnológica. Segundo a investigação de Marx, o centro motor deste processo é a concorrência entre os capitais, que conduziu a uma lógica de acumulação sem fim que se desgarrou da própria concorrência: acumula-se capital em ritmo frenético, mesmo quando já não há mais concorrência direta a se enfrentar. Basta que exista uma concorrência indireta, de capitalistas de outros setores econômicos, cuja fortuna possa ser comparada.

No socialismo não há mais a concorrência entre os capitais, e muito menos a acumulação de capacidade produtiva vale enquanto fim em si mesma, mas sempre como meio para atender às necessidades humanas. Sem a pressão competitiva, como manter o dinamismo tecnológico e não cair na inércia da acomodação? A guerra ou a preparação para a guerra, assim como as intempéries naturais, desempenharam claro papel na experiência da URSS, mas há fortes evidências da insuficiência destes fatores enquanto fontes de dinamismo científico, tecnológico e econômica para o conjunto da sociedade soviética – ao mesmo tempo em que conseguia colocar satélites no espaço, a URSS não conseguiu colocar, por exemplo, o computador no cotidiano da população. O avanço tecnológico não alcançou o consumo da vida cotidiana da

população, assim como também esteve ausente da maior parte dos setores da economia. Há alguns aspectos que parecem estar associados a este processo:

- a URSS surge como um país economicamente muito pobre e atrasado. O avanço observado, portanto, vai no sentido de internalizar tecnologias já existentes em outros países. Embora o abismo tecnológico tenha sido reduzido, o esforço necessário para tanto deixou sequelas, e ainda foi insuficiente;
- O planejamento econômico centralizado foi eficiente em reduzir a distância tecnológica das potências ocidentais, pelo menos enquanto se tratou de expansão produtiva extensiva centrada em tecnologias com paradigmas no século XIX, ou seja, enquanto se tratou de internalizar tecnologias já difundidas nos países centrais. Nos esforços da II Guerra Mundial, a URSS também conseguiu superar a tecnologia ocidental em alguns setores, mas diretamente associada aos setores vinculados com o esforço de guerra. O ponto de destaque aqui, entretanto, é que o esforço de nivelamento foi sobre um padrão tecnológico menos “versátil” e menos criativo do que o atual, ou seja, um padrão demandante de um esforço social para ser alcançado menor do que no padrão “intensivo” atual;
- a lógica não consumista que predominou na URSS ao mesmo tempo em que foi correta em sua lógica mais “genérica”, resultou também no atraso tecnológico observado nos anos 70 e 80. Durante um período de tempo, os soviéticos desenvolveram máquinas de maior precisão e durabilidade que as equivalentes ocidentais. Ocorre que o maior custo para construção e a maior durabilidade destas máquinas construídas nos anos 50 e 60, mantiveram-nas em uso enquanto o consumismo ocidental favorecia uma troca dos equipamentos e a adoção de novas tecnologias, com maior eficiência energética e menos resíduos. Ou seja: o impacto ambiental e o consumo de energia de cada máquina e equipamento da URSS tornaram-se, nos anos 80, bem maiores que os seus equivalentes do capitalismo ocidental. Dito de outra forma: os soviéticos pautaram seus investimentos seguindo a lógica da obsolescência/depreciação física, e não da depreciação tecnológica (ou seja, quando um equipamento é trocado porque se tem outro mais eficiente);
- o sistema tecnológico soviético demonstrou grande dificuldade na difusão de suas próprias inovações.

A tese que eu defendo é que a principal fonte do dinamismo científico, tecnológico e econômico em uma sociedade socialista deve ser a democracia política, nas suas dimensões de diversidade de idéias, liberdade de crítica e participação social. O planejamento centralizado demonstrou ser uma ferramenta poderosa, mas até esbarrar na burocracia, na falta de criatividade, na corrupção, no descompasso frente às necessidades reais da população, resultantes do fato deste planejamento ser realizado por um Estado dogmático, autoritário, engessado, ‘esclerosado’, controlado por poucos, em síntese, por um Estado para o qual tende todo sistema que se priva, por longos períodos, da internalização do contraditório. Em outras palavras: o planejamento centralizado falhou por que foi realizado em um ambiente político desprovido de vitalidade, de diversidade de idéias, de representatividade de necessidades, da imprescindível “arma da crítica”, da ausência de democracia socialista, portanto. Um Estado autoritário pode ser eficiente para promover o crescimento econômico no curto, e até no médio prazo, por se valer de intensa exploração (em todos os sentidos) de um mesmo paradigma, mas tende a enfrentar sérias dificuldades quando se trata da mudança de paradigmas. Neste campo, o Estado democrático tende a ser mais eficiente.

Não deveria ser necessário, mas, por prudência, cabe lembrar que me refiro a democracia em seu sentido socialista, e não no sentido capitalista do termo. A transformação da política em mercadoria, que é a característica dos processos políticos no capitalismo, não corresponde a uma essência democrática, mas ao contrário, corresponde a um fetiche, a um engodo, no qual a aparência é de liberdade e igualdade de condições, quando há na verdade um processo completamente assimétrico, no qual a classe capitalista, com seu poder econômico, exerce uma verdadeira ditadura estrutural – isto é: podem existir amplas liberdades formais, estabelecidas em lei, e até liberdades efetivas restritas, mas o controle do núcleo do poder político está no próprio funcionamento da estrutura econômica e social, estando muito sólido sobre o controle daqueles que financiam as campanhas, que controlam os principais meios de comunicação, que controlam pelo menos parte das instituições de educação, que possuem poderosos instrumentos de chantagem sobre os governos, pois os capitalistas (em seu conjunto) detém o poder de aumentar ou diminuir o desemprego, de aumentar ou diminuir a inflação, e de desequilibrar balanços de pagamentos de nações, e que detém os mecanismos sociais para renovar a hegemonia ideológica capitalista sobre as próprias classes exploradas. Em síntese: não há democracia política verdadeira onde não há democracia econômica, e não há democracia econômica onde alguns controlam os recursos produtivos de toda a sociedade, e o poder de dar ou negar empregos, salários, bens e serviços para a grande maioria da população.

Embora não exista uma democracia plena real nos sistemas capitalistas, tal não isenta as experiências socialistas pela falta de uma democracia socialista. A rigor, não existia ditadura do proletariado na URSS, pois a estrutura não estabelecia mecanismos efetivos de exercício de poder político (e, portanto, econômico em uma sociedade socialista) por parte da **classe social** proletária. Os soviets perderam seu papel revolucionário e a própria validade de seu funcionamento em algum momento entre os anos 20 e 30. Em um sistema político no qual não é permitido o contraditório, em que as discordâncias não podem ser cristalizadas, sedimentadas, organizadas em torno de grupos políticos bem definidos, atuando dentro do sistema, cria-se um ambiente altamente nocivo à vitalidade da atividade política. Propaga-se o dogmatismo, a intolerância, o sectarismo, a perseguição política e o predomínio da mediocridade – em um sistema autoritário, cresce quem mais se mostra subserviente e submisso às ordens dos dirigentes de então, e não quem questiona, quem contesta, quem exerce o mais elementar raciocínio crítico. Em um sistema no qual oposições não podem ser formadas, nem dentro nem fora do partido único (diferentemente do que ocorria no próprio partido bolchevique antes de 1921), que é confundido com o próprio Estado, apaga-se qualquer vestígio de compreensão do que seja “centralismo democrático”, dentro de um partido, quase toda distinção entre partido e Estado, e apaga-se a compreensão do que deve ser uma democracia socialista. Mais do que isso: prejudica-se uma flexibilidade crucial para a estabilidade do sistema social vigente.

No capitalismo moderno há uma clara preferência por sistemas “democráticos”, no sentido de permitir alguma diversidade partidária e, pelo menos, alguma liberdade de expressão. É esta flexibilidade, que será tão maior quanto mais sólido for o controle da estrutura de poder político e econômico por parte dos capitalistas, que garantirá vitalidade e força do modelo capitalista adotado. Governos dissonantes podem ser eleitos, mas se “não fizerem o dever de casa”, e fugirem “dos fundamentos macroeconômicos consistentes”, questionando o Estado de Direito vigente – especialmente, questionando a propriedade privada dos meios de produção – serão punidos pelo “mercado”, quando não, é claro, vítimas diretas de golpes, auto-definidos como “defesas da constituição e da democracia”, vide o caso das ditaduras na América Latina entre os anos 60 e 80. Com isso, os governos reformistas à esquerda terminaram por se adaptar, aceitando os limites que lhes foram permitidos para reformas pontuais, regra geral puramente cosméticas, mantida a ditadura estrutural do capitalismo não só intacta, mas até mesmo reforçada, pois estes governos reformistas, quando oriundos da esquerda e dos movimentos sociais, são extremamente eficazes em conter a insatisfação social, além de costumarem ser mais fundamentalistas, na defesa da ordem capitalista, do que os governos conservadores tradicionais, que não precisam provar nada para os capitalistas que lhes sustentam.

Defendo a tese (que não é minha, estando presente em inúmeros marxistas que trataram do tema) que a experiência soviética faliu por falta de democracia socialista. A inexistência de espaço para o contraditório nos marcos do próprio sistema socialista engessou o seu funcionamento, eliminou uma flexibilidade crucial para resolução de novas e velhas contradições nos marcos de novos paradigmas.

Aqui cabe uma ressalva no âmbito do método. A leitura positivista da realidade a vê como dotada de uma única dimensão, revelada em sua aparência. O materialismo histórico, fazendo uso da dialética, percebe a realidade em sua complexidade, e separa aparência de essência. A realidade objetiva é uma só, mas os fenômenos sociais são formados por inúmeras variáveis, e não por uma só. Por exemplo: não basta estatizar a economia e ter conduzindo o Estado um partido que se diga comunista. A socialização é muito mais complexa que isso e envolve vários outros fatores, em especial, envolve a democracia: faz pouco ou nenhum sentido falar em “socialização” se não existirem mecanismos através dos quais a vontade da maioria da sociedade possa ser elaborada, revelada e feita cumprir.

Também é preciso considerar que um mesmo problema pode ter diferentes soluções, todas válidas, conforme as preocupações com o tempo, a profundidade, os recursos gastos, a capacidade de corrigir as estratégias, a forma de se encarar a incerteza. Perante o problema crucial da URSS de realizar uma industrialização rápida para garantir sua capacidade de defesa militar, não é verdade que só existia uma forma, e que esta foi a adotada pelo stalinismo. Este argumento é tipicamente stalinista, que, enquanto corrente de pensamento, está muito mais para o positivismo que para o marxismo. Nem na engenharia este argumento se sustenta: um mesmo problema técnico pode ser resolvido por diferentes tecnologias, de acordo com a velocidade, o custo, a eficiência, a adequação às circunstâncias, a flexibilidade para inovações incrementais, a facilidade de manuseio, e a durabilidade que sejam desejadas, e que sejam possíveis frente às tecnologias disponíveis.

SOCIALISMO E COMUNISMO

Às vezes nos rendemos ao sentido comum que as palavras ganham. Partidos que se dizem socialistas, na verdade são social-democratas, como se constata por sua prática e por seus programas. Experiências socialistas, por sua vez, foram recorrentemente classificadas como “países comunistas”, e não como “países dirigidos por comunistas”, quando sequer o socialismo foi plenamente desenvolvido nestes países. Ao enfatizar o caráter transitório do socialismo e a necessidade de construirmos o comunismo, as teses contam a história apenas parcialmente. É preciso se explicitar dois aspectos: o primeiro é o caráter histórico desta transição, ou seja, sem um tempo definido, podendo durar 30 anos ou três séculos; o segundo é o entendimento que, na obra marxista, quando se fala de socialismo está se tratando de um sistema INTERNACIONAL. Da forma como consta nas teses, pode parecer que se imagina uma força revolucionária chegando ao poder, aplicando um programa socialista, e, uma vez ele cumprido, podendo, nos marcos de um país, ir construindo um sistema social comunista.

Nenhum país será plenamente socialista enquanto o sistema internacional não for socialista, e não há sistema internacional socialista enquanto os grandes países do mundo não se tornarem socialistas (em especial, os países do G7 e os países do grupo BRIC). Cito, basicamente, duas razões: a profunda contradição na integração entre economias socialistas e economias capitalistas (uma seguindo a lógica de “produzir para viver”, e outra seguindo a lógica de “produzir para acumular”; uma buscando eliminar a propriedade privada dos meios de produção, e a outra transformando tudo em mercadoria e agindo sempre para fortalecer a lógica do capital); e a concorrência militar – uma sociedade comunista seria uma sociedade sem exércitos permanentes, e não há a menor chance dos países se desarmarem enquanto existirem potências capitalistas, para as quais o imperialismo é uma consequência lógica de sua necessidade de contínua ampliação dos mercados. Pode ser que, com o fim do capitalismo, ainda existam motivações imperialistas e riscos de guerra entre as nações, mas a aposta é que a “desmercantilização” do mundo permita avanços civilizatórios que diminuam, cada vez mais, os riscos de guerra e a necessidade de exércitos regulares permanentes. Mas tal só pode ser possível em um mundo socialista. Quando o sistema mundial for socialista, aí sim poderemos falar na construção da sociedade comunista. Como não há como prever o tempo necessário neste processo, faz mais sentido enfatizarmos o caráter histórico e internacional do socialismo enquanto transição para o comunismo.

3) Tática e Estratégia da Revolução Brasileira

A INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO SISTEMA CAPITALISTA INTERNACIONAL

O Brasil é a nona economia do mundo (tanto pelo critério de dólares correntes quanto pelo critério mais correto, o de dólar por paridade de poder de compra). Temos uma estrutura industrial completa, contendo todos os setores da indústria moderna. A economia brasileira continua, como desde a invenção do Brasil, profundamente internacionalizada, mas agora não apenas empresas estrangeiras dominam partes significativas de nossa economia, mas já temos um número relevante de empresas brasileiras atuando como multinacionais, de maneira que os vínculos brasileiros com o capitalismo internacional devem ser vistos como profundos.

Surge uma certa confusão quanto ao estágio de desenvolvimento da economia capitalista brasileira talvez pelo elevado nível de miséria e concentração de renda que existe no país. Tal decorreria da ilusão que o capitalismo desenvolvido conduz, necessariamente, a uma maior distribuição de renda e a um maior bem estar social, o que claramente não é verdade. Os EUA que são o país mais rico do mundo possuem milhões de pessoas vivendo na miséria (da ordem de 12% da população, nesta década de 2000), e tem um sistema de saúde incapaz de atender adequadamente ao conjunto de sua população. A Europa capitalista seguiu uma trajetória distinta, mas não por mérito intrínseco ao capitalismo, e sim pela proximidade do risco da revolução. Não por acaso, o Estado de bem estar social surge em resposta à revolução russa, e ao período de revolta política na Europa no pós primeira guerra mundial.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro pode conviver perfeitamente com a concentração de renda, a existência de ampla parcela da população em situação de miséria e a precariedade dos serviços públicos, sem perder seus profundos vínculos com o capitalismo internacional.

Evolução do PIB por paridade de poder de compra (PPC), em US\$ bilhões, das maiores economias (em 2009), em anos selecionados.

	PIB por US\$ PPC	1980	1985	1991	1995	2000	2005	2009 *	2010 *
1	EUA	2.790	4.220	5.996	7.398	9.817	12.422	14.571	15.092
2	China	249	532	1.028	1.832	3.007	5.314	8.758	9.760
3	Japão	1.039	1.562	2.471	2.812	3.206	3.873	4.490	4.640
4	Índia	271	455	762	1.039	1.520	2.354	3.591	3.927
5	Alemanha **	753	1.023	1.562	1.807	2.162	2.513	2.962	3.051
6	Rússia	858	1.073	1.287	953	1.121	1.698	2.449	2.635
7	Reino Unido	487	697	980	1.176	1.512	1.930	2.261	2.358
8	França	537	748	1.074	1.228	1.532	1.869	2.159	2.238
9	Brasil	444	605	817	1.026	1.231	1.585	2.078	2.201
10	Itália	508	711	1.021	1.168	1.394	1.632	1.843	1.887
11	México	333	473	652	737	1.043	1.295	1.603	1.687
12	Espanha	272	375	585	676	898	1.184	1.419	1.466
13	Coréia do Sul	95	178	374	543	731	1.027	1.345	1.436
14	Canadá	272	402	549	667	886	1.131	1.344	1.402
15	Turquia	116	189	304	385	511	747	981	1.045

* Estimativas.

** Para os anos de 1980 e 1985, já considerada a soma da Alemanha Ocidental com a Alemanha Oriental.

Obs.: Os dados referentes à Rússia para os anos de 1980 e 1985 foram estimados a partir do valor de seu PIB em PPC em 1992, informado pelo FMI, e as taxas de variação do PNB da URSS entre 1980 e 1990, e da Rússia em 1991 e 1992, obtidas no portal da divisão de Estatísticas da ONU.

Fonte: Dados obtidos no portal do FMI e da ONU (divisão de estatísticas), em março de 2009. Elaboração própria.

ESTADO, HEGEMONIA E GOVERNO LULA

Por fim, uma concordância importante.

O Estado é uma instituição social heterogênea, constituída pela formação de blocos políticos de classes e segmentos de classes distintos entre si, articulados em torno de uma agenda política hierarquizada em função do poder de cada segmento social envolvido. Trata-se de um Estado que não é neutro, que age nos interesses da classe social que o hegemoniza, mas que ganha alguma “autonomia relativa” por ser formado por pessoas com a atribuição de gerir a agenda política e as ameaças ao agrupamento hegemônico, a partir do atendimento parcial das demandas sociais, inclusive das classes antagônicas ao sistema estabelecido – ou seja: cabe ao Estado administrar o pacto hegemônico. Esta necessidade do Estado capitalista de atender, parcialmente e sob o crivo da agenda política hierarquizada pelo segmento capitalista hegemônico, os interesses das classes sociais exploradas leva à ilusão, por parte de alguns, quanto a uma pretensa existência de um “Estado para todos”. Na verdade, para que a exploração possa ter continuidade, o Estado capitalista precisa conter os “excessos” de capitalistas individuais, recolher parte do excedente econômico gerado tanto para garantir a infra-estrutura e promover o dinamismo da economia, como também para redistribuir para as classes exploradas, buscando manter a estabilidade política do sistema.

A partir desta perspectiva, torna-se perfeitamente compreensível que o governo Lula seja tão bem avaliado junto à maioria da população trabalhadora, ao mesmo tempo em que governa prioritariamente para o grande capital, como foi descrito nas teses. Trata-se de uma variante do “social-liberalismo” que permite a adoção de políticas sociais mais ativas e de maior amplitude que as políticas sociais dos governos anteriores, ao mesmo tempo em que fortalece o poder econômico e político dos banqueiros, favorece o aumento (ou pelo menos a manutenção do estágio atual) da internacionalização da economia brasileira, mantém empresas estatais com expressiva participação acionária do setor privado, favorece empresas privadas através das PPP’s, e até mesmo ataca alguns direitos de segmentos de trabalhadores (como na reforma da previdência, na reforma universitária, ou na nova lei de falências). Parte desta lógica foi parcialmente modificada em função da crise internacional, mas a essência da política econômica do governo Lula continua tão pró-grande capital quanto foi no primeiro governo de Lula e nos dois governos de FHC.